



Revista Affectio Societatis
Departamento de Psicoanálisis
Universidad de Antioquia
revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co
ISSN (versión electrónica): 0123-8884
Colombia

Tipo de documento: Artículo de investigación

2024

Guilherme Selvero Lacerda & Carlos Henrique Kessler
**Atravessamentos ideais e “fim de análise”: algumas ponderações
para a clínica psicanalítica**

Revista Affectio Societatis, Vol. 21, N.º 41, julio-diciembre de 2024

Art. # 07 (pp. 1-23)

Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia
Medellín, Colombia

ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN



ATRAVESSAMENTOS IDEAIS E “FIM DE ANÁLISE”: ALGUMAS PONDERAÇÕES PARA A CLÍNICA PSICANALÍTICA

Guilherme Selvero Lacerda¹
guilherme_slacerda@yahoo.com.br

Carlos Henrique Kessler²
carloshkessler@yahoo.com.br
<https://doi.org/10.17533/udea.affs.v21n41a07>

Resumo

Neste artigo, derivado de uma pesquisa realizada a nível de mestrado, buscamos sondar possíveis “atravessamentos ideais” na clínica psicanalítica. Assim, nos remetemos à temática do “fim de análise”, questionando se esta perspectiva não lançaria uma dimensão de idealidade que interferiria no horizonte das análises, indicando um caminho antecipado à própria trajetória singular. Resgatamos algumas reflexões de S. Freud sobre a finitude

do processo analítico, além de nos aproximarmos das contribuições de J. Lacan, onde este tema é aprimorado e considerado parte fundamental da formação de analistas. Concluimos pensando ser imprescindível ponderar e “tensionar” as proposições teóricas, justamente para que não escorram pelas vias da idealidade.

Palavras-chave: psicanálise, Ideal, fim de análise, objeto *a*.

-
- 1 Psicólogo e psicanalista. Componente efetivo do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria. Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela UFRGS. Pós-graduado com Especialização em Clínica Psicanalítica pela ULBRA.
 - 2 Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS. Psicanalista, Membro da APPOA. Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Pós-doutor em Psicologia Clínica pela USP. Atualmente é Coordenador do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS.

CRUCES IDEALES Y “FIN DE ANÁLISIS”: ALGUNAS CONSIDERACIONES PARA LA CLÍNICA PSICOANALÍTICA

Resumen

En este artículo, derivado de una investigación realizada en un programa de maestría, buscamos sondear posibles “cruces ideales” en la clínica psicoanalítica. Así, nos referimos al tema del “fin de análisis”, y cuestionamos si esta perspectiva no lanzaría una dimensión de idealidad que interferiría en el horizonte de los análisis, lo que indicaría un camino que se anticipa a la propia trayectoria singular. Retomamos algunas reflexiones de S. Freud sobre la fini-

tud del proceso analítico, además de aproximarnos a las contribuciones de J. Lacan, en las que este tema se perfecciona y se considera parte fundamental de la formación de los analistas. Concluimos con la idea de que es esencial ponderar y “tensionar” las proposiciones teóricas, precisamente para que no se escapen por las vías de la idealidad.

Palabras clave: psicoanálisis, Ideal, fin de análisis, objeto *a*.

IDEAL CROSSINGS AND “END OF ANALYSIS”: SOME CONSIDERATIONS FOR THE PSYCHOANALYTIC CLINIC

Abstract

This paper, stemming from research conducted in a master's program, seeks to explore possible “ideal crossings” in the psychoanalytic clinic. Thus, it refers to the “end of analysis” issue and questions whether this perspective would introduce a dimension of ideality that would interfere with the horizon of analysis, which would indicate a path that anticipates the singular trajectory itself. It reviews some of S. Freud's reflections on the finite-

ness of the analytic process, as well as some of J. Lacan's contributions, in which this issue is refined and considered a fundamental part of the training of the analysts. It concludes with the idea that it is essential to ponder and “put in tension” the theoretical propositions so that they do not escape by the ways of ideality.

Keywords: psychoanalysis, Ideal, end of analysis, object *a*.

CROISEMENTS IDÉAUX ET « FIN D'ANALYSE » : QUELQUES CONSIDÉRATIONS POUR LA CLINIQUE PSYCHANALYTIQUE

Résumé

Dans cet article, issu d'une recherche menée dans le cadre d'un master, nous cherchons à sonder de possibles « croisements idéaux » dans la clinique psychanalytique. Ainsi, nous nous référons à la question de la « fin de l'analyse », et nous nous demandons si cette perspective ne lancerait pas une dimension d'idéalité qui interférerait dans l'horizon des analyses, indiquant un chemin qui anticipe sa propre trajectoire singulière. Nous reprenons quelques réflexions de S. Freud sur la finitude du proces-

sus analytique, tout en abordant les contributions de J. Lacan, dans lesquelles ce sujet est perfectionné et est considéré comme un élément fondamental de la formation des analystes. Nous concluons sur l'idée qu'il est essentiel d'examiner et de « mettre en tension » les propositions théoriques, précisément pour qu'elles ne s'échappent pas par les chemins de l'idéalité.

Mots-clés : psychanalyse, Idéal, fin d'analyse, objet *a*.

Recibido: 12/29/2023 • Aprobado: 07/17/2024

As questões que nos instigam neste escrito estão carregadas dos efeitos cotidianos de engajamento com a psicanálise, visto que buscamos sustentar a dimensão clínica da pesquisa psicanalítica. Nesse sentido, tanto a reflexão a partir de momentos da prática em intensão (Lacan, 2003/1967), quanto a pertinente interrogação de elementos derivados das formulações psicanalíticas, nos permitem melhor situar as balizas de nosso horizonte de pesquisa.

Dessa forma, as implicações e complicações do manejo clínico fomentam a reflexão sobre a prática e a direção do tratamento. Afinal, como nos lembra Lacan (1998/1958), se o analista não dirige a vida do analisante, é preciso que ele conduza e dirija o processo de análise. Assim, se a análise é *dirigida*, haveria alguma direção específica em seu horizonte? Mas, se porventura viéssemos a imaginar essas direções, não estaríamos assim atribuindo valores ou “visões de mundo” ao método psicanalítico? E, conseqüentemente, nos expondo ao risco de dirigir o tratamento por uma via ideal?

Assim, buscaremos sondar possíveis atravessamentos ideais na clínica psicanalítica e na direção do tratamento. O que inevitavelmente nos remete à constituição psíquica abordada por Freud (2014/1914), onde as instâncias do *ideal* são derivadas do narcisismo e reativam a busca por uma suposta perfeição infantil plena. Com esses desdobramentos, nos parece necessária a indagação sobre o “fim de análise”. Será que o fato de se estabelecer que a análise tenha um “fim”, já não esboçaria uma dimensão de idealidade revestindo seu horizonte? Em suma: há um fim de análise ideal? Pois se houvesse um fim de análise ideal, não se estabeleceria uma direção antecipada, a qual se interporia no processo como um caminho pré-estabelecido na trajetória singular de cada analisante?

Levando em conta tais questionamentos, indicaremos alguns pontos de diálogo nos textos de Freud e Lacan como uma abertura à reflexão, que poderá ter sequência em trabalhos futuros que venham a incluir tanto outros textos destes psicanalistas, quanto produções posteriores da comunidade analítica.

Análise finita ou infinita: algumas ponderações

Falar do “fim de análise” implica considerarmos algumas consequências “práticas” fomentadas pelo exercício retórico de supormos que exista uma conclusão para o processo analítico. Freud (2017/1937) manteve-se atento a isso, ressaltando o caráter “prático” relativo ao tema: “penso que o fim de uma análise seja uma questão da prática” (p. 357), ele nos diz em “A análise finita e a infinita”. Tomando o assunto por esse viés, é inevitável colocarmos em pauta a responsabilidade do analista por seu ato; e também por sua técnica, por como ele se dirige na prática (Lacan, 1998/1958). Além disso, voltamos a indagar: o que acarretaria na prática da direção do tratamento as reflexões acerca do final de uma análise?

A questão levantada por Freud (2017/1937) no referido texto, sobre a finitude e a infinitude da análise, nos leva a tentar discernir estas duas particularidades do tratamento psicanalítico. Antes de mais nada, o autor propõe que é preciso entrar em “acordo” quanto ao que se entende por “fim de análise”. Segundo ele, o fato de paciente e analista não mais se encontrarem para o trabalho analítico, deveria ser consequência do cumprimento de certas condições: 1) o paciente não sofrer mais com seus sintomas, inibições e angústias; 2) o analista poder avaliar que tantas coisas recalçadas foram conscientizadas e que certas incompreensões tenham se elucidado; 3) boa parte das resistências terem sido superadas, sem precisar temer uma repetição destes processos no paciente.

Freud (2017/1937) ainda acrescenta um outro sentido — “mais ambicioso” — para o fim da análise, onde a influência exercida no paciente foi tão longe a ponto de o prosseguimento do processo analítico não prometer nenhuma outra mudança; “como se através da análise pudessemos atingir um nível de “normalidade” psíquica absoluta, ao qual também pudessemos confiar a capacidade de se manter estável” (p. 320). Em seguida, Freud (2017/1937) vai considerar que este fim “satisfatório” de dissolução dos recalques e preenchimento das lacunas da memória, se daria apenas em casos de etiologia traumática, chegando a afirmar que “só em um caso desse tipo pode-se

falar em uma análise definitivamente encerrada” (p. 321). Entretanto, deixa a ressalva de que não há garantias de o paciente restabelecido nunca mais produzir um distúrbio que precise de análise, pois não seria possível saber o quanto o “destino” contribui para a pretensa imunidade do sujeito, no sentido de não o expor excessivamente às intempéries da vida.

Embora seja preciso nas suas colocações sobre o “fim de análise”, é possível notar em Freud certo tom contingencial quanto às possibilidades de eliminação total do sintoma e revisão dos recalques. Deste ponto, por exemplo, podemos observar indícios numa carta de Freud a Fliess, datada de 16 de abril de 1900, onde se lê: “(...) dos sintomas permaneceu um *resto*, no momento. Estou começando a entender que o caráter aparentemente *sem fim* do tratamento é algo regular e tem a ver com a *transferência*. Espero que esse *resto* não prejudique o resultado *prático*” (Freud, 2017/1900, p. 48, grifo nosso). Deste trecho, podemos ressaltar alguns aspectos relevantes: em primeiro lugar, que a questão relativa à “infinitude” da análise já havia se apresentado a Freud muito antes de 1937; ou seja, desde o início de sua obra psicanalítica, ainda que tenha ficado aparentemente oclusa por longo período. Do mesmo modo, cabe notar o princípio de regularidade atribuído a esse caráter “sem fim” da análise, bem como a sua correlação com a transferência.

Ainda sobre esta carta (Freud, 2017/1900), é possível observarmos a referência ao incontornável “resto” sintomático, algo que ele espera não ser um empecilho na prática analítica, embora possa ser um indicativo para que o analista modere sua ambição terapêutica. Deduzimos daí uma implicação de ordem da parcialidade pulsional, certamente indissociável à experiência “prática” de Freud na clínica. Nessa direção, dada a irredutibilidade do sintoma, podemos pensar em termos de eficácia da psicanálise, ou melhor, de sua eficácia *ex-cêntrica*. Segundo argumenta Coelho (2008), não se trata de afirmar ou negar os efeitos permanentes de uma análise, pois mesmo nos casos em que um “resto” sintomático persiste, isso não significa necessariamente um critério de ineficácia. Tomar a ocorrência ou não de sintomas como indicadores exclusivos de uma eficácia em psicanálise, seria simplificar inadequadamente um processo cujas diretrizes

são de outra ordem. Portanto, um indicativo da eficácia do processo analítico seria a composição de uma nova relação com a dimensão sintomática; o que, por sua vez, subordinaria a eficácia psicanalítica à singularidade de cada caso, tornando-a sempre variável. Dessa forma, o tratamento psicanalítico não corresponderia unicamente a uma erradicação do sintoma, como no modelo médico, embora isso possa vir a acontecer “por acréscimo” no âmbito da análise (Coelho, 2008).

Isto posto, podemos identificar as nuances envolvidas na designação do finito e infinito da análise. Ao propor que todo analista deveria retomar periodicamente à análise, devido à exposição do trabalho com o recalçado, Freud (2017/1937) afirma que dessa forma a “análise se transformaria de tarefa finita em tarefa infinita” (p. 357). Não obstante, logo em seguida, ele diz que não tem a intenção de afirmar que “a análise seja de todo um trabalho sem fim” (p. 357), e converte a questão, mais uma vez, para o campo da prática. Assim, ao levarmos em conta a conversão “prática” da questão, podemos verificar em Freud a confluência de destinos da análise (finita e infinita), sendo que a falta de acabamento — seu caráter “infinito” —, não exclui a conclusão do processo. O que nos faz crer que a problemática do fim de análise só pode se resolver no “caso a caso” do vínculo transferencial.

De que “fim” estamos falando?

Partindo dos apontamentos de Freud, parece pertinente considerarmos a perspectiva abordada por Dunker (1998), quando este vai nos dizer, com base em Aristóteles, que o “fim” delimita tanto a orientação de um processo, como o seu fechamento. Desse modo, podemos abordar o “fim” tanto como objetivo, meta e finalidade, quanto como orientação e sentido de um ato. O autor propõe que ambas as perspectivas de “fim” se fazem presentes no processo analítico: seja em acontecimentos que precipitam o fim da sessão; seja no sentido ou orientação que permanece “indeterminado”, podendo ser continuamente alterado pelo sujeito. Assim, o caráter “finito” da análise diria respeito à dissolução e/ou realinhamento de alguns sintomas, inibições e angústias do analisante. Essa perspectiva estaria vinculada ao

“fim” como meta — objetivo — e incluiria os aspectos terapêuticos do tratamento. No tocante à “infinitude” da análise, estaríamos considerando a impossibilidade de esgotar o inconsciente, bem como os aspectos de irredutibilidade da pulsão; portanto, diria do “fim” como sentido ou orientação (Dunker, 1998).

Complementando esse viés, podemos também verificar algumas diferenças semânticas apontadas por Soler (1995) que nos pareceram, a esse respeito, relevantes. Segundo ela, o “término” da análise “designa a interrupção simplesmente; um registro de fato temporal, momento em que a análise para” (p. 12); enquanto que o “fim” implicaria em estar o “processo analítico” no fim, designando uma “solução” que teria por referência uma resolução de saber - ainda que somente parcial -, a qual produziria um sujeito transformado, um “desejo novo”. Nesse sentido, Soler (1995) chama a atenção para um questionamento feito por Freud (2017/1937) em “A análise finita e a infinita”, onde ele se pergunta se “há um término natural de uma análise, ou se é possível levar uma análise até tal término” (p. 319). De acordo com a autora, quando Freud utiliza a expressão “término natural”, ele estaria justamente se referindo à possibilidade de existir um fim de análise que não fosse uma interrupção, mas sim “o desfecho de um processo”.

Nesse sentido, Freud (2018/1937) vai ressaltar algumas dificuldades que surgem quando a análise parece estar se encaminhando para o fim. Tais dificuldades, segundo ele, estariam ligadas às diferenças entre os sexos, a partir das reações diante do complexo de castração: as mulheres, tomadas pela *inveja do pênis*, deprimem-se frente a frustração da impossibilidade de possuir o genital masculino; enquanto que os homens revoltam-se contra sua postura passiva ou “feminina” em relação a outro homem, abdicando de aceitar a cura vinda do analista - que o analista nem sempre seja um homem, parece não ter sido levado em consideração (Freud especifica que o homem tem aversão à passividade somente em relação a outro homem, e não contra a passividade em geral; tal postura pode ser entendida como “insubmissão a um substituto do pai” e ser resumida em termos de “medo da castração”). Assim, no fim das análises, os pacientes deparam-se com o que Freud chama de “rejeição da feminilidade”, fator este que impediria o processo analítico de chegar a um desfecho mais bem-su-

cedido, esbarrando na “rocha básica” da castração. Entretanto, apesar do desapontamento desta constatação, Freud (2018/1937) consola-se com a perspectiva de ter oferecido aos analisantes todo estímulo possível para que pudessem reexaminar e mudar a sua postura em relação a isso.

Cabe notar aqui que Freud (2018/1937) parece estar simplesmente deixando “feminilidade” coincidir com “passividade”, o que implicaria também considerar “masculinidade” coincidindo com “atividade”. Ainda que exista certa relação nessas associações, o próprio Freud (2010/1933), em sua conferência sobre a “feminilidade”, caracteriza tal perspectiva como “reducionista” e até mesmo “inapropriada”, sendo da ordem de uma submissão a preceitos anatômicos e às convenções sociais da época. Embora essa discussão escape aos objetivos pontuais deste trabalho, parece importante mencionar que estas proposições freudianas nos soam bastante datadas e limitadas, sobretudo no que se referem às questões de gênero e sexualidade, dados os avanços teórico-político-sociais reconhecidamente importantes que houveram nesses campos nos últimos tempos.

Dentre os psicanalistas que se debruçaram sobre a questão do “fim de análise”, Lacan certamente foi um dos mais vigorosos; principalmente no sentido de considerar que o processo analítico possa vir a ter um desfecho. Se, de acordo com Freud, a análise vai se chocar com a “rocha básica da castração”, para Lacan, isto não constituirá um limite ou impasse no tocante ao “fim de análise” (Calligaris, 1991). Será justamente a partir desse ponto que surgirá a aposta lacaniana de que o fim de análise seja “uma outra coisa”, para além da castração. Ainda a esse respeito, destacaríamos a contribuição de Calligaris (1989), que aponta a importância de abordarmos a diferença entre as práticas freudiana e lacaniana no que concerne à experiência psicanalítica. Segundo o autor, pode-se dizer que a prática freudiana de análise “é uma experiência relativa à questão da verdade, como sendo algo cuja revelação ao sujeito é eficiente, com o corolário certo de que (...) uma procura da verdade sempre supõe pelo menos um horizonte ideal”, o qual, neste caso, diria respeito à “constituição da verdade numa forma de saber” (pp. 17-18). Argumenta ainda que embora Freud tenha revisto constantemente sua prática, é perceptível que sua experiência

é dirigida por uma procura da verdade inconsciente e de seus efeitos de revelação ao sujeito pela via do saber.

Ainda de acordo com Calligaris (1989), a experiência lacaniana vai considerar esse aspecto de procura e revelação da verdade do sujeito como uma experiência que “não coloca em questão a função paterna na neurose” (p. 18); isto porque seria justamente a função paterna que sustentaria um horizonte de saber nessa busca pela verdade. Para Lacan (1992/1969-1970) é fundamental considerarmos a disjunção entre verdade e saber; principalmente se quisermos caminhar em novas direções de cura, pois a verdade inconsciente não é suscetível de transformar-se em um saber. O que não significa que ela pare de tentar transformar-se em saber, já que na constituição mesma do sujeito neurótico há uma aposta num “pai” como sendo o sujeito de um saber; o que faz, portanto, a função paterna justificar a suposição de que a verdade seja — ou possa vir a ser — um saber. Dessa forma, o sujeito neurótico aposta na sustentação do saber atribuído à função paterna como forma de defender-se de um gozo do Outro que, por outro lado, terá sido sempre impossível (Calligaris, 1991). Neste ponto, nos parece importante circunscrever que as considerações feitas ao longo deste trabalho partem da experiência no âmbito da clínica psicanalítica das neuroses, o que pode vir a delimitar a pertinência e os efeitos do que vem sendo discutido aqui.

Então, podemos apontar a prática freudiana como se propondo a transformar a verdade inconsciente em um saber; o que, porventura, leva ao fortalecimento da função paterna e da posição neurótica do sujeito. Desse modo, a análise só poderia ser levada até o encontro com a castração, estando o sujeito resignado ao seu destino edípico. No caso da experiência lacaniana, a prática se propõe a tentar separar verdade e saber, confrontando o sujeito com sua verdade inconsciente, sem a necessidade de supor que esta verdade seja — ou tenha que ser — um saber. Logo, a análise propiciaria uma experiência da verdade na qual a função paterna se desvelaria nua, sem precisar estar coberta pelo saber, transformando-se numa contingência em relação à defesa e sustentação do sujeito (Calligaris, 1989; 1991).

Com a perspectiva lacaniana entrando em jogo como baliza inicial em nossa reflexão sobre o fim de análise, fica evidente o reposicio-

namento da direção do tratamento em relação às proposições freudianas. De acordo com Dunker (1998), as contribuições para a psicanálise efetuadas por Lacan se encontram justamente anexadas à esfera do “saber”, sendo moduladas em termos de “saber sobre os limites do saber” e sua irreducibilidade à verdade; o que acarreta, consequentemente, nas implicações de reconhecimento da castração, da divisão subjetiva e do desejo inconsciente. Vejamos então um pouco mais das contribuições de Lacan nessa direção.

“Fim de análise”, um ideal?

Com Freud (2014/1914), podemos verificar que o campo da idealidade é fundante da subjetividade. Lacan (1998/1949; 1998/1955), por sua vez, acrescentará também o advento do imaginário e a dinâmica do “estádio do espelho” como fundamentais para a constituição do Eu. Assim, a “imagem” desponta como dispositivo necessário para a individuação e sociabilidade do sujeito. O Eu, portanto, tendo sua gênese atribuída à imagem do corpo no âmbito da experiência especular, assume um estatuto de “miragem”, que só lhe outorgará o lugar privilegiado de uma “alienação”. Nesse sentido, o Eu – enquanto instância imaginária – vai ser o resultado de um processo social de identificações atravessado pela dimensão do Outro. Logo, os supostos predicados de autonomia e individualidade característicos ao Eu na modernidade, não passarão de um desconhecimento a respeito de sua própria constituição (Safatle, 2017).

Com essa perspectiva da constituição do Eu, Lacan (1998/1949) demonstra que é a partir da imagem do outro que o ser humano se relacionará com o mundo; o que configura uma experiência de alienação. Contudo, ele também aponta para a existência daquilo que “Freud descobriu para nós no inconsciente”, ou seja, “a dimensão do sujeito”, aquele que “fala enquanto enganador” e que, portanto, diferencia-se do Eu (Lacan, 1996/1953-1954, p. 225). Podemos dizer que é nessa interioridade estranha ao Eu que encontraremos o desejo, ou seja, no sujeito do inconsciente. Sendo assim, a perspectiva lacaniana precisará se desdobrar numa reconstrução do que seria uma cura

psicanalítica (ou fim de análise), visto que uma proposta adaptativa do Eu à realidade social só serviria para reforçar seu processo constitutivo de alienação, desconsiderando o sujeito do inconsciente e a problemática do desejo. É nessa direção que Safatle (2017, p. 37) vai propor que “a clínica lacaniana só poderá ser uma certa forma de crítica da alienação”; pois se o sujeito se opõe ao Eu, isso indicaria uma “irredutibilidade” entre essas dimensões. Poderíamos dizer: uma irredutibilidade da verdade ao saber. Em vista disso, o que interessa à experiência analítica lacaniana é precisamente a noção de que há algo no sujeito que só opera pela negatividade. Dessa forma, a incidência do negativo no sujeito presentificará algo que está fora do campo da imagem, sendo da ordem de uma causalidade (Safatle, 2017).

Com a constatação desta clínica baseada na crítica à alienação imaginária do Eu, podemos dizer, com Lacan (1996/1953-1954, p. 265), que “é disso mesmo que se trata” no fim da análise: “de um crepúsculo, de um declínio imaginário do mundo, e até de uma experiência no limite da despersonalização”. Conforme lembra Dunker (1998), uma parte significativa da obra lacaniana é dedicada à crítica de ideais normativos e utilitaristas que teriam habitado a psicanálise; fato este que incidirá na composição de fundamentos pautados na desconstrução da primazia do Eu como instância autônoma, bem como na recusa de ideais alienantes e do desenvolvimentismo naturalizante.

Frente a essa reestruturação psicanalítica promovida por Lacan, propondo o “fim de análise” como um abalo nas fundações narcísicas e imaginárias, podemos nos perguntar como uma operação crítica dessa ordem poderia estar atravessada por idealizações, principalmente no sentido de buscar critérios ou estabelecer direções que devam necessariamente ser atingidos com o fim de análise. Pois, paradoxalmente, a conjuntura analítica parece caminhar justamente pelas vias de uma *desidealização*. Ainda assim, embora estremeça as idealidades e miragens (Freud, 2013/1927), é evidente que a experiência psicanalítica não as extingue.

A partir daí, conforme já mencionado, cabe tentarmos averiguar possíveis consequências práticas idealizantes advindas do fato de se propor que a análise tenha um critério de definição acerca de seu “fim”.

Lacan (1966-1967; 1967-1968; 2007/1975-1976), ao longo de seu ensino abordou o “fim de análise” como um ponto chave em sua reflexão; inclusive indicando algumas configurações do que poderia implicar esse processo. Por exemplo: já mencionamos as experiências de “despersonalização” e declínio imaginário. Utilizando uma sistematização indicada em Dunker (1998), acrescentaríamos o momento de redução do analista à condição de *objeto a*; a destituição subjetiva; o reconhecimento da castração; a travessia da fantasia; a identificação com o *sinthome* (Dunker, 1998). Todas essas são formulações lacanianas sobre o “fim de análise”. Por mais que venhamos a nos aproximar de algumas delas, não será nosso objetivo, neste momento, investigá-las a exaustão. Pois este artigo se propõe, justamente, a interrogar se o estabelecimento de proposições a respeito do que seria o “fim de análise” não teria efeitos para a clínica psicanalítica e a direção do tratamento; principalmente no sentido de revestir idealmente esta experiência.

Ainda assim, segundo Dunker (1998, p. 63), é interessante destacar que nenhuma dessas formulações “permite uma aferência fenomênica para além do contexto transferencial no qual eventualmente são úteis”, sendo que “o mais próximo que encontramos disso em Lacan é o reconhecimento dos fenômenos maníaco-depressivos do final de análise”. Portanto, nos parece possível afirmar que as considerações de Lacan sobre o “fim de análise” não apresentam uma perspectiva de idealidade. Contudo, a questão do fim do tratamento parece possuir um grande interesse clínico para a psicanálise. Seja em função das reflexões acerca de sua eficácia, como também pelo questionamento a respeito do fazer do psicanalista, pergunta esta que parece ficar sempre em aberto na obra lacaniana. Nesse sentido, a título de provocação (e implicação), Lacan (1998/1955, p. 331) observa que “uma psicanálise (...) é o tratamento que se espera de um psicanalista”. Uma constatação aparentemente óbvia, na qual deduzimos uma convocação para que os analistas “façam” de sua prática, a fim de que não esqueçam que a psicanálise é uma clínica que tem consequências causadas pelos seus atos (Fingermann, 2008).

Que a análise seja “o que se espera de um psicanalista”, nos leva também a refletir sobre como um psicanalista se constitui. A indicação lacaniana, que em alguma medida também já se verificava em Freud,

é a de que um psicanalista se constitui em sua própria análise (Lacan, 2003/1967). Todavia, Lacan (2003/1967) especifica que é através da experiência de “fim de análise” que acontecerá a passagem decisiva do psicanalisante à condição de psicanalista (exercendo-a ou não). Esta posição também será encontrada no seminário 15, sobre o “ato psicanalítico”, onde Lacan (1967-1968) irá explicar que o analista se torna um sujeito “advertido” após o fim de sua análise; pois tendo sido analisante, ele não poderia mais pensar-se como constituinte, “causador”, de todas as suas ações. O que vai ao encontro do que Freud (2017/1937) já havia afirmado sobre o psicanalista em formação, considerando que a análise pessoal deveria levá-lo até “a convicção segura da existência do inconsciente” (p. 356). Sendo assim, Lacan vai propor que a “causalidade” está alhures, num objeto para sempre perdido desde a submissão do sujeito à linguagem. Portanto, “o sujeito depende desta causa que o faz dividido que se chama *objeto a*” (Lacan 1967-1968, p. 89, grifo do autor); assim, não sendo “causa de si”, ele será consequência da perda que constituiu esse *objeto a*, causa de desejo. Nesse sentido, Lacan (1967-1968) vai considerar que o fim da análise:

é a desigualdade do sujeito a toda a subjetivação possível de sua realidade sexual e a exigência de que, para que esta verdade apareça, o psicanalista já seja a representação do que mascara, obtura, tampona essa verdade, e que se chama o *objeto a* (p. 135, grifo do autor).

A partir daí é possível observar que, ao fim de uma análise, acontece o advento da constatação do *objeto a*, tanto como causa da divisão subjetiva, quanto dos movimentos desejantes do sujeito. Logo, o analista terá que suportar ser reduzido à representação de um “resto” desprovido de saber e sentido, de um objeto sem essência, que é o *objeto a*. Desse modo, como dissemos anteriormente, ao ter passado pela própria experiência de análise, o psicanalista torna-se um sujeito “advertido” de que o “*a*” comanda sua causa, podendo assim restaurar o ato analítico para outros sujeitos (Lacan, 1967-1968).

Conforme Lacan (1967-1968), como efeito da análise pessoal do analista, o *objeto a* estará presente desde o início do tratamento analítico, mas é somente no “fim de análise” que ele irá reaparecer como algo definitivamente perdido, no real, a ser descartado pelo analisante.

te, ao qual o analista dará suporte. Nesse ponto, o sujeito em fim de análise se reconhecerá como “causado” por este objeto perdido, estando confrontado a um lugar de “falta”, onde há ausência de resposta por parte do Outro. Assim, pode-se dizer que a partir do “ato analítico” ocorrerá uma inflexão discursiva no sujeito, pois se ele falava desde um lugar de saber ou de busca de saber sobre si, passará a falar de onde é “causado” enquanto sujeito do inconsciente (Kessler, 2008).

Por conseguinte, a proposição de que o “fim de análise produz um analista” encontrará seu suporte nas marcas deixadas por esta experiência de confrontação com uma “causalidade” fora de si. Ainda assim, podemos acompanhar alguns desdobramentos em outra direção. Conforme o relato de Contardo Calligaris (2019), no contexto da Escola Freudiana de Paris fundada por Lacan, entre o final dos anos 1960 até meados dos 80, observou-se o estabelecimento de curiosas constatações idealizantes acerca desta proposição lacaniana de que o fim de análise produz um psicanalista; o autor chama a atenção para duas em especial. Primeiro, instaurou-se um ideário de que só seria analista de fato quem passasse pela experiência do fim de análise. Em segundo lugar, se estabeleceu que “passar pelo fim de análise seria o suprassumo do que é preciso para tornar-se psicanalista” (Calligaris, 2019, p. 141).

De acordo com o autor, as consequências destes atravessamentos ideais foram devastadoras para a psicanálise. A partir disso, os analistas em formação entenderam que obrigatoriamente deveriam ir até o fim de suas análises. O que dificultava as coisas era o fato de que essa experiência não se trata de um evento pontual ou de fácil reconhecimento. Talvez tivesse mais a ver com um “processo tortuoso”, que porventura, só poderia ser entendido *a posteriori*. Mesmo assim, as análises de quem estava em formação acabaram tornando-se infinitas, estando eternamente suspensas à questão de saber se já haviam passado ou não pela experiência do fim de análise (Calligaris, 2019).

Outro aspecto apontado por Calligaris (2019), reporta que a má interpretação da observação lacaniana levou a cabo uma idealização do fim de análise como sendo um “carimbo de autorização” do psicanalista. Se Lacan descreveu essa experiência como um abalo das fundações do narcisismo, de forma ambígua ela passou a prometer

— naquele contexto — justamente uma identificação, uma certeza narcísica de “ser analista”. Esta situação, inclusive, produziu uma série de trejeitos e posturas adotadas por aqueles que supostamente teriam passado pelo fim de análise, no intuito de sustentar sua condição de “analistas”. Sendo assim, Calligaris (2019) conclui dizendo que há uma grande ironia nessa história, visto que...

Lacan avançara seu entendimento do fim da análise também para polemizar com a ideia de que o fim de uma análise seria uma identificação com o analista, que é de fato uma ideia suspeita. (...) Ora, deu na mesma, com o fim da análise como passaporte para transitar do divã à poltrona (p. 144).

Ainda há um último ponto a ser ressaltado a partir do relato de Calligaris (2019): como efeito desses atravessamentos ideais, a psicanálise acabou se afastando ainda mais de qualquer projeto terapêutico. “A ideia de que curar fosse acessório, senão supérfluo, (...) tornou-se um fato estabelecido pela própria finalidade da análise” (p. 143), visto que o processo analítico só serviria para promover a experiência de “fim de análise”. Portanto, que alguns sintomas, inibições e angústias pudessem ser curados, isso diria respeito aos psicoterapeutas; pois a psicanálise estaria mais dedicada a propor a todos, como cura, a chance de “tornar-se psicanalista”.

Com este panorama delineado, seguiremos com outras considerações de Calligaris (1993/1987) a fim de tentarmos fazer algumas ponderações advindas de seu relato. Podemos nos perguntar: o que atestaria o término de uma análise? Vimos que no caso dos analistas em formação, esta questão parecia primordial. E não só nesse âmbito. Conviria dizer que essa “questão” sustentou boa parte do ideário a respeito do fim de análise; ao menos enquanto não se tenha questionado a necessidade de que algo ou alguém o atestasse³. Para Calligaris (1993/1987), o término

3 Poderíamos nos remeter aqui ao dispositivo do “passe”, empregado por Lacan em 1967 no contexto da Escola Freudiana de Paris. Em suma, trata-se de um processo de travessia, onde um analisante daria testemunho de sua análise perante alguns analistas, no intuito de prestar contas sobre seu desejo de se tornar psicanalista (Roudinesco & Plon, 1998). Tal proposição foi bastante controversa, a

de uma análise seria questão concernente ao *analisante*; sendo que não cabe ao analista colher testemunho ou mesmo validar esta experiência, já que isto exigiria atestar que o término da análise é algo interessante para o sujeito. Além disso, poderia se instaurar uma pressuposição de que toda análise visasse a essa “experiência” do fim.

Nesse sentido, no tocante ao manejo da clínica psicanalítica, caberia estarmos atentos para o risco de se “pressupor” convenções ou saberes no âmbito da escuta dos sujeitos. É por essa via que Torossian (2004) vai considerar que propor uma relação transferencial pautada em um “saber prévio” só poderá indicar um “fracasso” desta relação, visto que emperraria também qualquer possibilidade de trabalho e modificação na posição subjetiva dos sujeitos. Logo, lembrando o ensino freudiano, a autora propõe que o analista teria de levar em conta sua condição de “abstinência”, mas no sentido de “abster-se de indicar qual a melhor saída para o sujeito” (Torossian, 2004, p. 15). Assim, como tentamos alertar neste artigo, seria altamente problemático que o fazer do psicanalista estivesse previamente alicerçado num ideal de fim de análise. Pois como o próprio Freud (2017/1910, p. 97) já recomendava, a posição do analista “consiste em se alçar de uma configuração psíquica para a outra, se preciso for”; evitando “especular e meditar enquanto analisa e só submeter o material obtido ao trabalho sintético do pensamento após terminada a análise”.

Aliás, outra questão a ser considerada, diria respeito justamente a possibilidade de “exigência”, por parte do analista, de que um analisante chegue até o fim de sua análise. Em nome de quê isto seria exigível? De que promessa? Se levarmos em conta que esse assunto concerne ao analisante, isso não significa “desimplicar” o analista, pois ele estaria implicado precisamente na “abstenção” de estabelecer um ideal

ponto do próprio Lacan (1978) — em determinado momento — vir a considera-la um “fracasso”. Ainda assim, muitos grupos do movimento lacaniano retomaram o procedimento, sustentando sua pertinência. Neste trabalho, frente a esta polêmica viva, não abordaremos — além do que colocamos aqui — a temática do “passe” em relação ao final do tratamento, pois para isso seria necessária uma outra pesquisa, mas nos parece que as interrogações que aqui trazemos poderiam igualmente contribuir na reflexão sobre este tema.

para o fim de análise. Ainda que não possa se furtar de ter uma posição a esse respeito, derivada de sua formação, o psicanalista precisa se abster de tentar impor ou comprovar tal posição perante seu analisante. Em muitas situações, pode ocorrer que o sujeito esteja “quite” quanto à resolução dos sintomas aos quais se queixava no início do tratamento. Portanto, não caberia ao analista importuná-lo com outras resoluções; nem tampouco dizer o que seria um término de análise para seu paciente. Assim sendo, seria interessante pensarmos no “fim de análise” não como ponto específico de chegada em uma linha do tempo, mas como alguma coisa que estivesse incluída ao longo de todo o processo de análise; ou seja, ainda que não se trate de confundir um corte nas sessões com o fim do tratamento, haveria algo de um “fim de análise” toda a vez que houvesse um “ato psicanalítico” (Calligaris, 1993/1987).

Portanto, a proposição lacaniana de “ato psicanalítico” (Lacan, 1967-1968) ganha relevância ao submeter a escuta do inconsciente à condição faltante do sujeito, destacando a dimensão significativa pela via da contingência, do malsucedido, daquilo que fracassa e aponta para o “vazio” constitutivo que enfatiza a negatividade operante na estrutura psíquica (Adami *et al.*, 2022). Logo, “o ato apresenta-se como um corte capaz de suspender as certezas do sujeito na direção de um novo posicionamento frente ao desejo” (pp. 29-30), demarcando a importância de uma ruptura discursiva que mantenha em curso o movimento desejante, já que “o ato põe em relevo o que não é passível de recobrimento pela linguagem” (p. 30). Assim sendo, podemos dizer que não há “ato psicanalítico” fora da transferência, visto que o corte efetivado pelo “ato” também poderia se configurar como uma “interpretação”, mas não no sentido de descobrir algo que lá estava, e sim na perspectiva de construção do “novo”, da produção de um outro posicionamento (Adami *et al.*, 2022); em outras palavras, daquilo que diz respeito a uma “invenção”.

Ponderações finais

Enfim, como julgamos ter tornado possível observar a partir deste percurso, qualquer “miragem” (Freud, 2013/1927) ideal de um “fim

de análise” estaria pondo em “xeque” toda a operatividade crítica deste método subversivo inventado por Freud e revigorado por Lacan. Que os atravessamentos imaginários e ideais sejam até certo ponto inevitáveis, não desincumbe o psicanalista da implicação em despojá-los, mais e mais, a cada vez que tentarem – “em vão” – obturar a divisão subjetiva do sujeito e sua causalidade. Se abordar o tema do “fim de análise” é uma pretensão dos analistas desde Freud, que isso não se torne um embaraço teórico para a direção do tratamento, nem tampouco irrompa pelas vias da idealidade. Qualquer inclinação nesse sentido implicaria, necessariamente, a transição de uma teoria aberta ao *insabido* para um campo objetivado que busca preservar e multiplicar procedimentos na esfera das convenções (Dunker, 1998). Aliás, Freud (2017/1910) já nos alertava sobre o uso “selvagem” da teoria psicanalítica, ou seja, quando sua aplicação é desconectada da clínica e do vínculo transferencial. Nesse sentido, nossa aposta será a de considerar que o “fim de análise” pode ter seu lugar justamente quando não é colocado nos mesmos moldes dos enunciados teóricos. Essa aposta não significa a rejeição de tais enunciados; mas sim estar “advertido” quanto a quaisquer atravessamentos ideais na direção do tratamento. Pois buscamos colocar em evidência a dimensão singular de cada processo de análise, o que acarreta também na possibilidade de abordarmos um “fim singular” para cada sujeito (Coelho, 2008).

Frente a todos os atravessamentos ideais que permeiam e constituem as relações humanas, como poderia a intervenção do psicanalista estar resguardada destas incidências? Desde Freud, a referência à análise pessoal do analista nos dá o indicativo de condição indispensável para a formação psicanalítica. Lacan acrescentará a especificidade de que é a experiência de “fim de análise” que produz a passagem a psicanalista. Contudo, sabemos que a formação é obra inacabada, sempre em construção. Essas proposições, embora imprescindíveis para que o analista possa se autorizar, não estipulam nenhuma espécie de garantia. De qualquer forma, é o caminho que temos para a formação, junto ao estudo e a supervisão, buscando assim sustentar o discurso analítico.

A partir disso, o que parece mais evidente é que o psicanalista não sustenta seu ato desde um ideal, seja ele qual for. Nem mesmo

poderíamos dizer que é o “bem-estar” do paciente que norteia esta prática. A proposta de escuta do sujeito em sua singularidade, exige que o analista se abstenha de qualquer saber prévio à instauração da transferência. Inclusive, se um “suposto saber” vai se estabelecer no processo analítico, é justamente para depois ser “deposto”. Dessa forma, no âmbito da psicanálise, parece que não basta um “desejo de ser analista” para que uma análise aconteça (Bataille, 1988). Pois, além de toda a implicação formativa, estaria também em jogo uma outra coisa que Lacan (2008/1964) chamou de “desejo do psicanalista”. Trata-se, portanto, de um operador que surge como um desejo de obter a “diferença absoluta”, que propiciaria a distância entre o *objeto a*, causa de desejo, e a imagem ideal a qual o sujeito está alienado desde suas identificações. Longe do desejo de “ser” um psicanalista, que invoca inevitavelmente as questões narcísicas do ser, o desejo do analista se efetiva através da mola fundamental da operação analítica: a manutenção da distância entre a imagem idealizada e o *objeto a* (Lacan, 2008/1964).

Nesse sentido, podemos pensar que a psicanálise opera como inadequação crítica em relação a fixidez de imagens e ideais, pois o que se desvela como estofado do sujeito, refere-se a um objeto sem essência, que não se efetiva por imagens. Essa perspectiva também se alastra às configurações práticas do tratamento, no sentido de que qualquer convicção prévia possa vir a corroborar para uma esterilidade do método psicanalítico. Dizer isso não significa abdicar de todo o trabalho teórico e reflexivo constituinte da psicanálise. Mas apenas chamar a atenção de que é necessário mantermos vivas certas “aporias”, precisamente para que não percamos de vista a radicalidade implicada no desejo do psicanalista, na busca pela singularidade extrema do sujeito.

Dessa maneira, podemos supor o quanto qualquer idealização pode ser problemática para a direção do tratamento na clínica psicanalítica. Como buscamos ressaltar ao longo deste escrito, a própria questão do “fim de análise” parece não estar livre de atravessamentos ideais. O que não significa que as confabulações teóricas sobre o término das análises não sejam importantes para situar-nos a respeito da estrutura clínica da psicanálise (pautada na escuta). Todavia, no processo analítico dos sujeitos, talvez um fim de análise só possa se

dar quando justamente não é colocado antecipadamente em termos teóricos, pois só assim se poderia resguardar a dimensão singular desta experiência.

Cabe ressaltar aqui, a partir de Leclaire (2007), um ponto paradoxal nesta reflexão, onde o psicanalista se depara com uma dupla exigência: de um lado, é necessário que disponha de um corpo teórico de referência para sua prática; de outro, deve recusar precisamente a toda essa referência teórica, no sentido de evitar que sua escuta seja eletiva e exclua o campo da singularidade. A psicanálise, portanto, não poderia se exercer exclusivamente pela “intuição” de quem a pratica, visto que assim o analisante estaria à mercê de alienar-se nas fantasias inconscientes do analista. Da mesma forma, não se poderia esperar da psicanálise uma formalização fechada, guiada tão somente pelos pressupostos teóricos, o que culminaria numa escuta enclausurada e reducionista no tocante à singularidade. O desafio do psicanalista seria, então, poder oscilar entre esses dois lados, respeitando simultaneamente essas exigências aparentemente contraditórias (Leclaire, 2007), compondo assim um percurso formativo constante que trabalhe com a teoria na elaboração dos questionamentos sobre a práxis psicanalítica.

Sendo assim, as teorizações compõem parte fundamental da sustentação da escuta e da formação dos praticantes em psicanálise. Inclusive como trabalho de elaboração *a posteriori* daquilo que se experiencia na prática clínica. Contudo, que os pressupostos teóricos apareçam como promulgação *a priori* sobre o destino das análises, certamente é algo que comprometeria a eficácia excêntrica do método psicanalítico. Aliás, se há uma anterioridade considerável em psicanálise, será precisamente a do *objeto a*, visto que não se trata de um objeto mirado pelo desejo, mas sim algo anterior, perdido, postado como “causa” do desejo (Lacan, 2005/1962-1963).

Enfim, o ponto fundamental daquilo a que nos dispomos com este artigo não foi apontar diretrizes específicas para a direção do tratamento, nem tampouco saturar os motes teóricos sobre o “fim de análise”, os quais, por sinal, ultrapassam as considerações aqui incluídas. O que buscamos foi ponderar e questionar estas proposições, justamente para

que não escorram pelas vias da idealidade. Nesse sentido, caberá ao analista – sempre com seu ato –, sustentar a distância entre a “causa” e o ideal, pois só assim poderemos tensionar os atravessamentos que ameaçam a psicanálise aos prenúncios de uma formalização fechada, ou pior, *idealizada*. Afinal, como nos lembra Freud (2017/1910, p. 97), “os casos que têm mais sucesso são aqueles em que procedemos quase *sem intenção*, nos surpreendendo com cada mudança de rumo e com que nos defrontamos sempre desarmados e sem preocupações”.

Referências bibliográficas

- Adami, F. S., Kessler, C. H., & Dunker, C. I. L. (2022). Sobre a importância da proposição de Jacques Lacan do ato psicanalítico. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 14(2), 27-36. <https://ojs.uva.br/index.php/trivium/article/view/334>
- Bataille, L. (1988). *O umbigo do sonho: por uma prática da psicanálise*. Jorge Zahar Ed.
- Calligaris, C. (1989). Reflexões sobre o “campo psicanalítico”. In F. Hisgail (Org.), *14 Conferências sobre Jacques Lacan* (pp. 15-21). Escuta.
- Calligaris, C. (1991). O inconsciente em Lacan. In F. Knobloch (Org.), *O inconsciente: várias leituras* (pp. 168-182). Escuta.
- Calligaris, C. (1993). Controvérsia Contardo Calligaris/Patrick Salvain. In A. Didier-Weill (Org.), *Fim de uma análise, finalidade da psicanálise* (pp. 79-92). Jorge Zahar Ed.
- Calligaris, C. (2019). *Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos*. Planeta do Brasil.
- Coelho, M. T. (2008). Considerações sobre o final de análise. *Psicologia USP*, 19(3), 363-373. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000300006>
- Dunker, C. (1998). Crítica da ideologia estética em psicanálise: um estudo sobre o fim de análise. In I. Carone (Org.), *Psicanálise fim de século: Ensaios críticos* (pp. 57-88). Hacker.
- Fingermann, D. (2008). A análise dos analistas. *Jornal de Psicanálise*, 41(74), 131-139. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352008000100008
- Freud, S. (2010/1933). A feminilidade. In *Obras completas* (vol. XVIII, pp. 263-293). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2013/1927). *O futuro de uma ilusão*. L&PM.
- Freud, S. (2014/1914). Introdução do narcisismo. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (47), 172-193.

- Freud, S. (2017/1900). Carta a Fliess 242 [133]. In *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 47-50). Autêntica Editora.
- Freud, S. (2017/1910). Sobre psicanálise "selvagem". In *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 81-92). Autêntica Editora.
- Freud, S. (2017/1912). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 93-106). Autêntica Editora.
- Freud, S. (2017/1937). A análise finita e a infinita. In *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 315-364). Autêntica Editora.
- Freud, S. (2018/1937). A análise terminável e interminável. In *Obras completas* (volume XIX, pp. 159-188). Companhia das Letras.
- Kessler, C. H. (2008). O objeto a é (radical) e não é ([b]analísável). *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (34), 23-32.
- Lacan, J. (1966-1967). *O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma*. Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. (1967-1968). *O Seminário, livro 15: o ato psicanalítico*. Escola de Estudos Psicanalíticos.
- Lacan, J. (1978). Conclusão das Jornadas de Deauville da EFP. *Lettres de l'EFP*, (23), 181.
- Lacan, J. (1992/1969-1970). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar.
- Lacan, J. (1996/1953-1954). *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Zahar.
- Lacan, J. (1998/1949). O estágio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos* (pp. 96-103). Zahar.
- Lacan, J. (1998/1955). Variantes do tratamento-padrão. In *Escritos* (pp. 325-364). Zahar.
- Lacan, J. (1998/1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Zahar.
- Lacan, J. (2003/1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In *Outros escritos* (pp. 248-264). Zahar.
- Lacan, J. (2005/1962-1963). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Zahar.
- Lacan, J. (2007/1975-1976). *O Seminário, livro 23: O sinthoma*. Zahar.
- Lacan, J. (2008/1964). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar.
- Leclaire, S. (2007). *Psicanalisar* (2a ed.). Perspectiva.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Zahar.
- Safatle, V. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. Autêntica Editora.
- Soler, C. (1995). *Variáveis do fim da análise*. Papyrus.
- Torossian, S. D. (2004). De qual cura falamos? Relendo conceitos. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (26), 9-15.